

ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA VIDA ATIVA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Marcos Gonçalves Maciel¹
Gisele Alves de Moura²
Adrize Paola Gonçalves Marques³
José Mauro Silva Vidigal⁴

RESUMO: O objetivo do estudo foi analisar o nível de satisfação dos usuários do Programa Vida Ativa, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte. Utilizou-se o banco de dados desse órgão, referente a pesquisa realizada em 2019, sobre a satisfação dos usuários do programa, que contou com amostra de 1.373 pessoas em 18 núcleos de atividades. Para a utilização dos dados secundários, adotou-se como critério de inclusão os núcleos com maior e menor Índice de Qualidade de Vida Urbana. Constatou-se que 48,5% dos usuários estão no programa há mais de cinco anos; 95,8% estão satisfeitos com a infraestrutura; 99,5% estão satisfeitos com a qualidade das aulas; 97,1% percebem benefícios positivos relacionados à saúde; o nível de satisfação geral com o programa, avaliado de 0 a 10, obteve a média 9,84. Conclui-se que os usuários estão satisfeitos com as ações desenvolvidas. No entanto, apresentam críticas quanto a determinados aspectos que precisam ser melhorados no programa, como um maior número de aulas e profissionais, e melhores condições de infraestrutura dos núcleos.

Palavras-chave: Adultos. Idosos. Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Atividade Física.

ANALYSIS OF USERS SATISFACTION OF THE VIDA ATIVA PROGRAM OF THE CITY OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the level of satisfaction of users of the Vida Ativa Program, linked to the Municipal Department of Sports and Leisure of the City of Belo Horizonte. We used the database of this department referring to the research conducted in 2019 on the satisfaction of users of the program, which had a sample of 1,373 people in 18 centers of

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Ibirité; Departamento de Ciências do Movimento Humano; Grupo de Estudos de Ócio e Desenvolvimento Humano; Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Promoção da Atividade Física - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pós-doutorado em Ocio y Desarrollo Humano- Universidad de Deusto; Doutor e mestre em Estudos do Lazer EEEFTO-UFMG; Graduado em Educação Física - EEEFTO-UFMG. Email: marcos.maciел@uemg.br

² Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - Prefeitura de Belo Horizonte. Mestrado em Estudos do Lazer (EEFTO/UFMG); Especializações: Preparação Física e Esportiva (EEFTO/UFMG); Neurociência & Comportamento (ICB/UFMG). Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Promoção da Atividade Física - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: giselleamoura@gmail.com

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em ciências sociais; Especialização em saúde pública; Graduação em Educação Física; Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Promoção da Atividade Física - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: adriize@gmail.com

⁴ Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Prefeitura de Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Educação Física; Especialização em Lazer; Graduação em Educação Física; Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Promoção da Atividade Física - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: jmsvidigal30@gmail.com

activities. For the use of secondary data, the centers with higher and lower Urban Quality of Life index were used as inclusion criteria. It was found that 48.5% of users have been in the program for more than five years; 95.8% are satisfied with the infrastructure; 99.5% are satisfied with the quality of the classes; 97.1% perceive positive health-related benefits; the level of overall satisfaction with the program, evaluated from 0 to 10, obtained an average of 9.84. It is concluded that users are satisfied with the actions developed. However, they present criticism stemming from certain aspects that need to be improved in the program, such as a greater number of classes and professionals, and better core infrastructure conditions.

Keywords: Adults. Elderly. Public Policies of Sport and Leisure. Physical Activity.

ANÁLISIS DE LA SATISFACCIÓN DE LOS USUÁRIOS DEL PROGRAMA VIDA ATIVA DE LA CIUDAD DE BELO HORIZONTE

RESUMEN: El objetivo de este estudio fue analizar el nivel de satisfacción de los usuarios del Programa de Vida Activa, vinculado al Departamento Municipal de Deportes y Ocio de la Ciudad de Belo Horizonte. Utilizamos la base de datos de este departamento refiriéndose a la investigación realizada en 2019 sobre la satisfacción de los usuarios del programa, que tenía una muestra de 1.373 personas en 18 centros de actividades. Para el uso de datos secundarios, los criterios de inclusión fueron los núcleos con un índice de calidad de vida urbana más alto y menor. Se encontró que el 48,5% de los usuarios han estado en el programa por más de cinco años; 95,8% está satisfecho con la infraestructura; 99,5% está satisfecho con la calidad de las clases; 97,1% percibe beneficios positivos relacionados con la salud; el nivel de satisfacción general con el programa, evaluado de 0 a 10, obtuvo un promedio de 9,84. Se concluye que los usuarios están satisfechos con las acciones desarrolladas. Sin embargo, presentan críticas derivadas de ciertos aspectos que deben mejorarse en el programa, como un mayor número de clases y profesionales, y mejores condiciones de infraestructura básicas.

Palabras-clave: Adultos. Ancianos. Políticas Públicas de Deporte y Ocio. Actividad Física.

Introdução

O reconhecimento constitucional do lazer como direito social a partir de 1988 (GOMES; ISAYAMA, 2015; PINTOS *et al.*, 2016), potencializou o desenvolvimento de políticas públicas nessa área (PINTOS *et al.*, 2016; UNGHERI, 2019). Essas fomentaram programas sociais em diferentes atividades de lazer como esporte, atividade física e vivências culturais (FERREIRA; BARHAM; ARAÚJO, 2019; KOCIAN; SILVA, 2016; MACIEL; COUTO, 2018).

Programas sociais visam promover a transformação da realidade de uma determinada parcela da população, isto é, solucionar ou minimizar determinadas desigualdades sociais (COUTINHO; MACEDO-SOARES; SILVA, 2006). Essas produzem diferenças entre as oportunidades e condições de vida disponíveis às pessoas e apresentam-se como um imenso desafio que convoca todos os segmentos sociais para saná-las.

Assim, toda a sociedade deve assumir a responsabilidade para minimizar os efeitos que

afetam negativamente a dignidade humana. Destarte, cabe ao poder público assumir o protagonismo na implementação de ações que possam dirimir essa realidade (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016; SILVA, 2010).

Especificamente na área do lazer, diferentes programas vêm sendo implementados. Exemplo dessas ações é o Programa Vida Ativa (PVA), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte (SMEL/PBH). Esse programa foi criado em 1994, tendo como objetivo ofertar atividades físicas e lazer à população acima de 50 anos de idade. Atualmente é realizado em todas as nove regionais administrativas da cidade, atendendo aproximadamente 3.100 pessoas, em 42 núcleos (Gerência de Promoção de Atividade Física para Terceira Idade - GPATI/SMEL, 2019/2020). (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020).

As ações desse programa são desenvolvidas em dois tipos de locais: (i) privados - geralmente em salões paroquiais de ordens religiosas; e (ii) públicos - parques, ginásios, quadras esportivas e Centros de Referência de Assistência Social. De acordo com a estrutura dos núcleos, o número de aulas semanais e atividades oferecidas à população podem variar. No entanto, mantém a duração de uma hora, sendo conduzidas por professores e estagiários de Educação Física. Normalmente, são realizadas atividades como ginásticas, dança sênior, *Lian Gong* e, esporadicamente (de acordo com o orçamento disponível), passeios guiados e eventos como “Caminhada pelo Envelhecimento Saudável” e “Congraçamento do Programa Vida Ativa”.

Contudo, alguns programas estão longe de solucionar os problemas sociais, pois apresentam limitações tanto em sua concepção estrutural, quanto em sua operacionalização (JANNUZZI, 2005). Ainda de acordo com esse autor, em se tratando do desempenho dos programas sociais desenvolvidos pelo Estado, se faz necessário questionar a respeito de alguns critérios imediatos e centrais que deveriam nortear os mesmos, tais como: em que medida os objetivos propostos na formulação do programa são ou foram alcançados? Como o programa funciona? Quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados propostos? Nesse sentido, é crescente a necessidade de promover investigações a respeito do desempenho desses programas.

Notadamente no campo dos Estudos do Lazer, há um aumento de investigações a respeito da avaliação de programas sociais nas diferentes atividades que o contemplam (MACIEL; SARAIVA; CARVALHO, 2017; MACIEL *et al.* 2019; SOARES; GUADANINI, 2018), assim como no âmbito das propostas de políticas públicas (FARJALLA, 2015; PINTOS; MASCARENHAS; ATHAYDE, 2019). Entretanto, nessa área de investigação, ainda estão presentes lacunas, como por exemplo, os limitados estudos sobre a satisfação dos usuários adultos e idosos participantes dos programas.

A satisfação dos usuários é relevante nos processos de avaliação e representa uma informação prioritária aos gestores comprometidos com a qualidade dos serviços prestados (ROSSI; SLONGO, 1998). Embora não haja um consenso, o conceito de satisfação é concebido a partir da relação entre expectativas e percepções dos usuários quanto aos

serviços recebidos. Importante observar que, muitas vezes, o que se mede não é a satisfação propriamente dita, mas a percepção quanto aos serviços oferecidos frente à expectativa prévia dos usuários (ESPIRIDIÃO; TRAD, 2005).

Cabe ainda destacar a lei federal 13.460/2017, cujo texto estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços que são prestados direta ou indiretamente pela administração pública. O Art. 23 do Capítulo VI (da avaliação continuada dos serviços públicos), apresenta que a avaliação da satisfação do usuário com o serviço prestado será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, em formato que garanta significância estatística aos resultados. Diante da lei supracitada, desde o ano 2017, a SMEL/PBH realiza a pesquisa do nível de satisfação dos usuários dos programas existentes, sendo o PVA um desses.

Tendo em vista esse fato, o presente estudo foi desenvolvido com dados oriundos da pesquisa de satisfação realizada em 2019 pela SMEL/PBH (nos meses de outubro e novembro), estruturado para ser aplicado nos diferentes programas existentes, a saber: Esporte Esperança (crianças e adolescentes); Caminhar (jovens, adultos e idosos); Vida Ativa (adultos e idosos); Superar (pessoas com deficiência); e BH é da Gente (todos os públicos).

Ao considerar os aspectos descritos, a problematização que norteou este estudo foi: qual a satisfação dos usuários do PVA? Diante disso, o objetivo estipulado para esta investigação foi analisar o nível de satisfação dos usuários do PVA.

Metodologia

O presente estudo é de caráter transversal e descritivo (APPOLINÁRIO, 2006), desenvolvido a partir de dados secundários, ou seja, é um recorte dos dados contidos no *“Relatório Final Pesquisa de satisfação de usuários dos Programas: BH é da Gente, Caminhar, Esporte Esperança, Vida Ativa e Superar 2019”*, elaborado pela Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (DPMA/SMEL).

Para análise dos dados relativos ao PVA, a seleção do número de núcleos e usuários nesta investigação foi estipulada por conveniência, cujo critério de inclusão baseou-se na escolha dos núcleos com maior e menor Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU). Esse índice é composto por diversas variáveis, por exemplo, infraestrutura urbana, segurança e educação, quantificando a disponibilidade de bens e serviços públicos e privados na cidade, permitindo a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos e melhor compreensão da distribuição dos bens e serviços públicos e privados entre as regiões da cidade (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2020). A definição desse critério respalda-se na busca por diferenças existentes entre oportunidades e condições de vida disponíveis às pessoas em cada regional administrativa. Na situação de núcleos localizados em um mesmo território e/ou mesmo IQVU, optou-se por selecionar aquele que indicasse maior número de respondentes à pesquisa.

Com o critério de inclusão adotado, a pesquisa envolveu todas as regionais (n=9) e 18 núcleos, totalizando 1.373 pessoas, sendo 1.255 do sexo feminino e 118 do sexo masculino. A

tabela 1, apresenta os dados referentes a todas as regionais e núcleos do PVA, com seus respectivos valores de IQVU, número de alunos atendidos e número de respondentes do questionário (frequência relativa e absoluta).

Tabela 1 - Dados referentes aos núcleos, IQVU e amostra de usuários

Regional	Núcleo	IQVU	Número de alunas/os	Amostra (frequência absoluta)	Amostra (frequência relativa)
Barreiro	Vila Cemig	0,615	42	28	67%
	Barreiro de Cima	0,683	63	45	71%
	CAC Barreiro	0,751	33	33	100%
	Semente de Deus	0,751	26	26	100%
	Felicidade	0,683	30	23	77%
	Milionários	0,615	18	16	89%
	União Santana	0,683	17	17	100%
	Fios de Prata	0,754	55	50	91%
	Santa Luzia	0,751	45	45	100%
Centro-Sul	Clube da Amizade	0,799	49	49	100%
	CRAS Vila Fátima	0,776	22	22	100%
	Parque Municipal	0,799	26	26	100%
	Nossa Senhora da Guia	0,776	18	18	100%
Leste	CRAS Taquaril	0,535	27	27	100%
	Saudade	0,776	83	83	100%
	Santa Tereza	0,786	93	90	97%
	CRAS Alto Vera Cruz	0,766	37	37	100%
	Viver	0,686	42	29	69%
	CRAS Mariano de Abreu	0,583	18	18	100%
Nordeste	CAC São Paulo	0,692	123	123	100%
	Parque Cidade Nova	0,739	85	85	100%
	São Gabriel	0,612	124	108	87%
	Fundação Metodista	0,612	84	48	57%
	CRAS União	0,739	55	35	64%
Noroeste	CRPI	0,765	214	215	100%
	CRPI –Lian Gong	0,765	32	32	100%
	CRPI – Dança Sênior	0,765	38	39	103%
	Dom Bosco	0,714	19	19	100%
	Jardim Alvorada	0,676	58	44	76%
Norte	CRAS Providência	0,695	120	116	97%
	Centro Cultural Jardim Guanabara	0,636	34	18	53%
	Estrelas Reluzentes	0,636	55	31	56%
	Betânia	0,73	32	22	69%
Oeste	Acolhida	0,73	43	24	56%
	Vista Alegre	0,619	33	33	100%
	Parque Lagoa do Nado	0,747	30	28	93%
Pampulha	Espaço Cênico	0,714	77	77	100%
	CAC Serrano	0,691	24	24	100%

	CRAS Novo Ouro Preto	0,743	43	34	79%
	CRAS Lagoa	0,644	38	27	71%
	CRAS Vila Apolônia	0,636	48	31	65%
Venda Nova	Centro Cultural Venda Nova	0,644	102	102	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados primários do presente estudo foram obtidos a partir da aplicação de uma pesquisa de satisfação para os usuários do PVA, por meio de abordagem direta e comunicação escrita dos respondentes. O instrumento foi elaborado pelo DPMA/SMEL e sua validação baseou-se em pesquisas de satisfação aplicadas anteriormente nos anos de 2017 e 2018. Primeiramente a DPMA/SMEL apresentou as orientações gerais aos aplicadores do questionário, de modo que profissionais e estagiários estivessem devidamente treinados para conduzir a investigação.

A seguir foi disponibilizado para a gerência do PVA, o quantitativo de formulários, de acordo com o número de usuários em cada núcleo. A referida pesquisa foi realizada no próprio local de atividades de cada núcleo e consistiu de um questionário semiestruturado composto de quatro dimensões, a saber: (1) dados sociodemográficos (sexo e faixa etária) e tempo de participação no programa; (2) avaliação específica da infraestrutura (local de atendimento e materiais utilizados), de aspectos pedagógico-organizacionais das aulas (frequência, duração, pontualidade, acolhimento e atividades), e autoavaliação dos benefícios percebidos com a participação no programa; (3) avaliação geral do programa, tendo como referência a adoção de escala *likert* de zero a 10, sendo zero "muito insatisfeito" e 10 "muito satisfeito"; e (4) espaço para inserção de comentários (pontos negativos, críticas, elogios e sugestões).

Para garantir a representatividade da amostra, foi estipulado pela DPMA/SMEL, que ao menos 20% dos usuários de cada núcleo deveriam responder todas as dimensões do questionário. Nesse sentido, um número de questionários, próximo aos 20% de atendidos, foram aleatoriamente marcados, sendo que, aquelas pessoas que recebessem esses formulários deveriam responder todos os itens de avaliação – partes (1), (2), (3) e (4). Os demais poderiam responder apenas as partes (1) e (3). Após a aplicação da pesquisa de satisfação em todos os núcleos, os formulários foram devidamente separados, identificados e entregues à DPMA/SMEL para tratamento dos dados e análise, segundo critérios próprios estipulados por esse órgão.

A tabela 2, apresenta o número de integrantes das turmas (dados de setembro de 2019), o total de questionários aplicados e o total de questionários integralmente respondidos (frequência absoluta e relativa). Pode-se constatar nos dados apresentados na tabela 2, que apesar da orientação de que 20% do total de integrantes da turma deveria responder todas as dimensões do questionário, o percentual foi expressivamente superior em todos os núcleos, com exceção apenas do CAC Serrano e Vila Cemig. Para a análise dos dados foi adotada a estatística descritiva por meio de média e porcentagem.

Tabela 2 - Núcleos selecionados e amostra

Regionais	Núcleos	Sujeitos por núcleo	Questionários aplicados	Questionários integralmente respondidos (F. absoluta)	Questionários integralmente respondidos (F. relativa)*
Barreiro	Vila Cemig	36	28	3	8,3%
	Fios de Prata	51	50	46	90,2%
Centro Sul	Clube da Amizade	82	49	49	59,8%
	CRAS Vila Fátima	33	22	22	66,7%
Leste	CRAS Taquaril	40	27	27	67,5%
	Santa Tereza	93	90	90	96,8%
Nordeste	Parque Cidade Nova	85	85	82	96,5%
	São Gabriel	120	108	106	88,3%
Noroeste	CRPI	295	215	210	71,2%
	Jardim Alvorada	58	44	43	74,1%
Norte	CRAS Providência	119	116	115	96,6%
	Estrelas Reluzentes	41	31	31	75,6%
Oeste	Acolhida	30	24	12	40,0%
	Vista Alegre	45	33	33	73,3%
Pampulha	Parque Lagoa do Nado	33	28	27	81,8%
	CAC Serrano	51	24	4	7,8%
Venda Nova	CRAS Vila Apolônia	45	31	30	66,7%
	Centro Cultural Venda Nova	116	102	102	87,9%

(*) % em relação ao número de sujeitos dos núcleos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Resultados e discussão

As condições existentes no local de moradia e os investimentos públicos no que tange ao esporte e ao lazer podem facilitar ou restringir a interação do idoso com sua comunidade, bem como a maior ou menor participação em projetos sociais de lazer ofertados (FERREIRA, 2010). Partindo desse pressuposto, para cada grupo selecionado, levou-se em conta os

maiores e menores valores de IQVU correspondentes às respectivas localidades. Essa linha de pensamento foi estabelecida por considerar que núcleos localizados em unidades territoriais com valores diferenciados de IQVU poderiam apresentar diferenças no nível de satisfação em relação aos serviços ofertados pelo PVA.

Considerando os critérios de seleção e inclusão, e as respostas apresentadas pelos usuários, tem-se na tabela 3, os dados sociodemográficos e o tempo de participação no PVA, de acordo com as regionais administrativas e núcleos. Analisando esses dados, no que diz respeito ao número de participantes do sexo masculino, observou-se uma maior quantidade de homens inscritos em regiões de maior IQVU quando comparados ao número de homens participantes de núcleos situados em regiões de menor IQVU. Por sua vez, identificou-se uma distribuição mais homogênea da participação feminina entre os núcleos. Porém, nos dados primários não havia informações como estado civil, escolaridade e perfil econômico, impossibilitando a análise de fatores que poderiam estar associados à diferença da participação masculina entre os núcleos.



Tabela 3 - Dados sociodemográficos e tempo de participação no PVA

Regionais	Núcleos	Sexo				Idade										Tempo de participação								
		Fem.		Masc.		50 - 59		60 - 69		70 - 79		80 - 89		90 +		Até 1 ano		1 a 3 anos		3 a 5 anos		Acima 5 anos		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Barreiro	Vila Cemig	25	92,6	2	7,4	4	14,8	9	33,3	8	29,6	6	22,2	0	0,0	0	0,0	2	7,4	4	14,8	21	77,8	
	Fios de Prata	43	91,5	4	8,5	0	0,0	13	27,7	26	55,3	8	17,0	0	0,0	3	6,4	10	21,3	9	19,1	25	53,2	
Centro Sul	Clube da Amizade	46	93,9	3	6,1	3	6,1	12	24,5	23	46,9	10	20,4	1	2,0	12	24,5	21	42,9	3	6,1	13	26,5	
	CRAS Vila Fátima	21	95,5	1	4,6	0	0,0	10	45,5	10	45,5	2	9,1	0	0,0	2	9,1	3	13,6	2	9,1	15	68,2	
Leste	CRAS Taquaril	24	88,9	2	7,4	0	0,0	11	42,3	9	34,6	7	26,9	0	0,0	1	3,8	3	11,5	0	0,0	22	84,6	
	Santa Tereza	84	93,3	6	6,7	5	5,6	29	32,2	39	43,3	16	17,8	1	1,1	23	25,6	19	21,1	15	16,7	33	36,7	
Nordeste	Parque Cidade Nova	82	100,0	0	0,0	14	17,1	40	48,8	20	24,4	7	8,5	0	0,0	(*)	9	11,0	23	28,0	23	28,0	27	32,9
	São Gabriel	101	94,4	6	5,6	12	11,2	41	38,3	39	36,4	13	12,1	0	0,0	(*)	17	15,9	20	18,7	17	15,9	53	49,5
Noroeste	CRPI	177	83,9	34	16,1	7	3,3	64	30,3	102	48,3	33	15,6	2	0,9	(*)	33	15,6	48	22,7	38	18,0	92	43,6
	Jardim Alvorada	37	86,0	6	14,0	9	20,9	17	39,5	15	34,9	2	4,7	0	0,0	8	18,6	12	27,9	10	23,3	13	30,2	
Norte	CRAS Providência	109	94,0	7	6,0	4	3,4	42	36,2	45	38,8	20	17,2	5	4,3	16	13,8	13	11,2	11	9,5	76	65,5	
	Estrelas Reluzentes	28	90,3	3	9,7	3	9,7	11	35,5	12	38,7	5	16,1	0	0,0	9	29,0	8	25,8	8	25,8	6	19,4	
Oeste	Acolhida	20	83,3	4	16,7	3	12,5	5	20,8	13	54,2	3	12,5	0	0,0	18	75,0	5	20,8	1	4,2	0	0,0	
	Vista Alegre	31	93,9	2	6,1	3	9,1	8	24,2	12	36,4	10	30,3	0	0,0	2	6,1	0	0,0	9	27,3	22	66,7	
Pampulha	Parque Lagoa do Nado	25	89,3	2	7,1	(*)	1	3,7	7	25,9	16	59,3	2	7,4	1	3,7	2	7,4	3	11,1	4	14,8	17	63,0
	CAC Serrano	24	100,0	0	0,0	4	16,7	9	37,5	9	37,5	2	8,3	0	0,0	4	16,7	1	4,2	8	33,3	11	45,8	
Venda Nova	CRAS Vila Apolônia	30	100,0	0	0,0	3	10,0	8	26,7	17	56,7	2	6,7	0	0,0	0	0,0	7	23,3	6	20,0	17	56,7	
	Centro Cultural Venda Nova	97	95,1	5	4,9	3	2,9	34	33,3	51	50,0	13	12,7	1	1,0	19	18,6	21	20,6	9	8,8	53	52,0	
Totais		1004	92,6	87	7,1	78	8,2	370	33,5	466	42,8	161	14,8	11	0,7	178	16,5	219	18,5	177	16,4	516	48,5	

(*) Os valores apresentados não alcançaram 100% devido às perdas; o que se deu em função do não preenchimento do questionário de forma correta. **Fonte:** Elaborado pelos autores.

Os dados da tabela 3, mostram o perfil da amostra, sendo que 92,6% é composta por mulheres e 7,1% por homens. Os resultados demonstrados nesta investigação corroboram ao constatado em outros estudos (BORGES *et al.*, 2008; FREITAS *et al.*, 2007; GLIDDEN *et al.*, 2019; LOPES *et al.*, 2016; RIBEIRO *et al.*, 2012), verificando-se a predominância da participação das mulheres em detrimento à dos homens. O aspecto que pode justificar uma menor adesão masculina nos programas é a não aceitação das diferentes modificações no processo de envelhecimento, como: aposentadoria, mudanças físicas, econômicas, emocionais, autonomia e morte de entes queridos (FIGUEIREDO *et al.*, 2007; LOPES; JESUS, 2015).

Por um lado, estudos que têm abordado as questões de gênero (FIGUEIREDO *et al.*, 2007; LOPES; JESUS, 2015; SILVA, 2006), atribuem como possíveis causas da baixa adesão de homens em grupos de convivência, fatores como valores, padrões e papéis culturais construídos socialmente. Neri (2007) ressalta que um dos motivos da alta adesão feminina aos espaços de convivência é decorrente da facilidade de interação social, tanto no âmbito familiar, quanto fora dele, influenciado, em parte, por hábitos culturais, opondo-se às dificuldades masculinas de participação e interação em atividades coletivas.

Essas constatações apontam a necessidade de constantes pesquisas que identifiquem outros fatores que ainda influenciam a reduzida participação dos homens nesses espaços. Tais questões, além dos valores culturais, podem estar relacionadas a motivações e até mesmo à falta de informação ou conscientização dos benefícios biopsicossociais e espirituais que podem ser alcançados por intermédio de diferentes formas de interação social, por exemplo, em grupos de convivência que oferecem atividades de lazer.

Quanto à idade dos usuários, nota-se que os núcleos que possuem maior número de idosos acima de 90 anos, estão nas áreas com melhor IQVU, enquanto as faixas etárias entre 50-59 anos e 60-69 anos estão distribuídas de forma homogênea nos núcleos de maior e menor IQVU. As faixas etárias que possuem o maior número de usuários no PVA estão compreendidas entre 70-79 anos (predominante nos núcleos com maior IQVU), e 80-89 anos, estando distribuídas de forma igualitária nos grupos com maior e menor IQVU. Semelhança essa também constatada em programa similares ao PVA (BORGES *et al.*, 2008.; LOPES *et al.*, 2016; RIBEIRO *et al.*, 2012).

Na pesquisa conduzida pela SMEL/PBH, as faixas etárias com maiores percentuais de usuários correspondem aos estratos entre 60-69 anos (33,5%), e 70-79 anos (42,8%) – ressalta-se que, uma vez que a coleta de dados foi organizada por estratos etários, não é possível indicar a média e desvio padrão da idade. Conforme argumenta Nery (2007), essas faixas etárias são predominantes em grupos de convivência e classificadas como idosos jovens e medianamente idosos. Giraldi (2014) menciona que a adesão desse segmento populacional pode ser atribuída a maior disponibilidade de tempo proveniente das aposentadorias, da redução de tarefas

domésticas e melhorias das condições de vida.

Quanto aos idosos acima de 80 anos, encontrou-se que eles correspondem a 15,5% dos usuários nos núcleos. De acordo com Doll (2007), essa diminuição na adesão de idosos mais velhos (acima de 80 anos) às atividades de lazer fora de casa, está associada ao comprometimento da saúde, dificuldades de locomoção e sentimentos de incerteza ou insegurança em espaços públicos.

Em relação ao tempo de participação no PVA, os resultados demonstram que 65% do público atendido participa assiduamente do programa há mais de três anos, o que demonstra uma adesão consolidada por parte dos usuários. Além disso, quase metade da amostra (48,5%) frequenta o programa há mais de cinco anos. Para Borges *et al.* (2008) e Glidden *et al.* (2019), essa permanência em grupos de convivência, superior a cinco anos, é um indicador de que os objetivos dos usuários estão sendo alcançados e parece representar uma sólida vinculação ao grupo.

Observa-se uma média de adesão superior a cinco anos, sobretudo, nos núcleos com menor IQVU. Infere-se que essas áreas apresentem limitação na disponibilidade de espaços e equipamentos, assim como menos alternativas de atividades de lazer em relação às regiões com maior IQVU. Por esse motivo, a participação em grupos de convivência é uma opção de lazer que favorece idosos com menor poder aquisitivo. Além de uma importante função social, esses núcleos também contribuem para a melhora da funcionalidade, autonomia e criação de laços afetivos entre os participantes (BENEDETTI; MAZO; BORGES *et al.*, 2008; FERREIRA, 2010).

Ao analisar o nível de satisfação geral com o programa, a média obtida foi elevada, alcançando 9,8, em 10. Importante salientar que mesmo tendo uma grande parcela dos usuários com permanência há mais de cinco anos no programa, identifica-se a manutenção de um alto nível de satisfação também nesse grupo. Esse dado apresenta-se como relevante, pois infere-se que os usuários com maior tempo de permanência detenham melhores percepções a respeito do serviço e das correspondências que elas estabelecem com suas expectativas.

Em todos os núcleos observa-se uma proximidade da média de avaliação, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Resultados referentes à avaliação geral do PVA

Regionais	Núcleos	Nível de satisfação
Barreiro	Vila Cemig	9,8
	Fios de Prata	9,9
Centro Sul	Clube da Amizade	9,8
	CRAS Vila Fátima	10,0
Leste	CRAS Taquaril	9,7
	Santa Tereza	9,92
Nordeste	Parque Cidade Nova	9,9
	São Gabriel	9,88

Noroeste	CRPI	9,9
	Jardim Alvorada	9,8
Norte	CRAS Providência	9,9
	Estrelas Reluzentes	9,8
Oeste	Acolhida	9,8
	Vista Alegre	10,0
Pampulha	Parque Lagoa do Nado	9,9
	CAC Serrano	9,9
Venda Nova	CRAS Vila Apolônia	9,9
	Centro Cultural Venda Nova	9,9
Nível de satisfação geral		9,8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses dados ressaltam que pela perspectiva dos usuários a proposta do PVA está sendo adequadamente desenvolvida, contemplando os objetivos traçados pela GPATI/SMEL (2020), tais como a melhoria da qualidade de vida, a promoção da inclusão e integração social por meio da prática de atividades físicas e socio-recreativas ofertadas coletivamente.

Os resultados relacionados à avaliação das aulas e da infraestrutura são apresentados na tabela 5, constatando elevada avaliação positiva, 99,5% e 95,8%, respectivamente. Para a avaliação das aulas, pediu-se para considerar o atendimento do profissional e do estagiário de Educação Física (pontualidade, acolhimento, preparação das atividades), assim como os aspectos relacionados à frequência e duração. Quanto à avaliação da infraestrutura, cada usuário foi orientado a considerar os seguintes aspectos: local de atendimento e materiais utilizados (qualidade, limpeza, segurança e estrutura).

Tabela 5 - Avaliação da infraestrutura e satisfação com as aulas

Regionais	Núcleos	Infraestrutura e materiais				Satisfação com as aulas							
		Péssimo e Ruim		Regular		Bom e Ótimo		Péssimo e Ruim		Regular		Bom e Ótimo	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Barreiro	Vila Cemig	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%	0	0%	3	100%
	Fios de Prata	0	0%	0	0%	48	100%	0	0%	0	0%	47	100%
Centro Sul	Clube da Amizade	0	0%	1	2%	48	98%	0	0%	0	0%	48	100%
	CRAS Vila Fátima	0	0%	0	0%	22	100%	0	0%	0	0%	22	100%
Leste	CRAS Taquaril	0	0%	2	7%	25	93%	0	0%	1	4%	26	96%
	Santa Tereza	0	0%	0	0%	90	100%	0	0%	0	0%	90	100%

Nordeste	Parque Cidade Nova	0	0%	1	1%	84	99%	0	0%	1	1%	83	99%
	São Gabriel	0	0%	4	4%	103	96%	0	0%	2	2%	103	98%
Noroeste	CRPI	1	0%	4	2%	204	98%	0	0%	3	1%	200	99%
	Jardim Alvorada	1	2%	4	9%	38	88%	0	0%	0	0%	43	100%
Norte	CRAS Providência	0	0%	23	20%	92	80%	0	0%	1	1%	114	99%
	Estrelas Reluzentes	0	0%	0	0%	31	100%	0	0%	0	0%	31	100%
Oeste	Acolhida Vista Alegre	0	0%	0	0%	12	100%	0	0%	0	0%	11	100%
		0	0%	0	0%	33	100%	0	0%	0	0%	33	100%
Pampulha	Parque Lagoa do Nado	0	0%	0	0%	27	100%	0	0%	0	0%	27	100%
	CAC Serrano	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	4	100%
Venda Nova	CRAS Vila Apolônia	0	0%	5	16%	26	84%	0	0%	0	0%	31	100%
	Centro Cultural Venda Nova	1	1%	11	11%	90	88%	0	0%	0	0%	102	100%
Totais		3	0,2%	55	4,0%	980	95,8%	0	0%	8	0,5%	1018	99,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora a pesquisa tenha apresentado uma avaliação positiva quanto às aulas, os usuários manifestaram insatisfações quanto ao reduzido número de aulas semanais (em média duas aulas) e à carência de profissionais para conduzi-las (normalmente há um profissional para 330 usuários e, nem sempre, todos os núcleos têm estagiários no decorrer do ano). Para atender essas solicitações seria necessário ampliar o número de profissionais, via concurso público, assim como cadastrar novos espaços parceiros e/ou construir/adaptar mais espaços públicos que atendessem à forma de trabalho do PVA. Além disso, os usuários relataram um sentimento de insegurança quanto à continuidade do programa, pois entendem que o poder público pode deixar de oferecê-lo a qualquer instante.

Safons e Pereira (2007) ao referirem-se ao desenvolvimento das atividades pelos profissionais responsáveis por programas sociais, relatam que em função da realidade apresentada em programas públicos e comunitários no Brasil, cabe aos profissionais a

organização de um planejamento eficiente de atividades a serem desenvolvidas e o bom uso de recursos alternativos, às vezes oferecidos pela própria comunidade, de forma a manter a motivação dos usuários em participar das aulas.

Para além das questões estruturais, ao considerar a avaliação positiva quanto ao desenvolvimento das aulas, deve-se destacar a questão da qualificação dos profissionais atuantes no programa. Todos são concursados, graduados em Educação Física e com pós-graduação *Lato Sensu* em pelo menos uma das áreas: Gerontologia, Estudos do Lazer ou Treinamento Esportivo (GPATI/SMEL, 2020). Essas constatações são importantes porque contribuem significativamente para a continuidade e qualidade dos serviços ofertados, sem incorrer em possíveis interrupções contratuais de trabalho, o que poderia prejudicar o andamento das ações implementadas.

Ademais, também há a presença de estagiários de Educação Física que auxiliam na ministração das aulas e no atendimento aos usuários. Esse fato possibilita uma importante oportunidade para a formação profissional e experiências práticas desses estudantes que futuramente atuarão no mercado, qualificando sua intervenção.

Outro relevante aspecto a ser destacado diz respeito à formação do profissional que atua nessa modalidade de programa, pois lida diretamente com a promoção da saúde, assim como com os diferentes aspectos relacionados à formação do ser humano. Assim, entende-se a relevância de uma formação ampliada e continuada para atender às especificidades concernentes ao público alvo em função de suas peculiaridades. Dessa forma, a formação/capacitação desse profissional deve contemplar aspectos relacionados às diferentes dimensões da saúde – física, mental, emocional, social e espiritual (ARAÚJO *et al.*, 2015; BORGES; MARQUES, 2015), bem como promover os componentes lúdicos característicos das atividades de lazer e as nuances referentes às políticas públicas (ISAYAMA, 2009; STÊNICO; PAES, 2016; UNGHERI; ISAYAMA, 2019).

Dentre algumas sugestões e críticas apresentadas pelos usuários quanto à avaliação da infraestrutura, são mencionadas as precariedades de alguns espaços, por exemplo, falta de local apropriado para guardar de forma segura os materiais usados nas aulas. Porventura, o eventual aumento na quantidade e diversificação de recursos materiais nos núcleos ficará comprometido, pelo fato de não ter um local adequado onde armazená-los.

Outro ponto importante a ser destacado, diz respeito à avaliação realizada pelos usuários sobre a pouca conservação e manutenção dos locais públicos onde acontecem as atividades. Concernente à cidade de Belo Horizonte, essa função está a cargo das respectivas regionais ou secretarias municipais, responsáveis pelos núcleos que, por sua vez, se organizam de acordo com o orçamento público anual disponibilizado para cada um desses órgãos.

No entanto, nos locais privados onde as aulas são desenvolvidas, a conservação dos espaços fica totalmente a cargo dos responsáveis que cedem esses locais. Ressalta-se que a concessão de uso desses espaços ocorre de forma voluntária, com intuito de

atender a população de adultos e idosos carentes do entorno, sem o recebimento de qualquer incentivo financeiro e/ou fiscal como contrapartida.

De forma análoga, outros estudos analisaram a influência da qualidade dos espaços públicos para despertar a adesão às práticas de lazer e atividade física (EIRAS *et al.*, 2010; SALIN, 2013). Sobre esse aspecto, uma das principais reivindicações dos usuários é a disponibilização de locais alternativos, por exemplo, áreas cobertas, como ginásios, que permitam a prática das atividades em períodos chuvosos, ou mesmo, locais maiores e mais arejados que possuam maior conforto térmico em dias mais quentes. Todavia, os resultados apresentados no estudo de Eiras *et al.* (2010) destacam que a estrutura física não foi determinante para a adesão das pessoas, inferindo que, para o grupo analisado, os benefícios advindos das aulas e da atuação do profissional minimizavam a carência da estrutura física do ambiente.

Giraldi (2014) afirma que é preciso atenção especial no que diz respeito à melhoria dos espaços físicos para o público idoso. Segundo essa autora, o atual processo de envelhecimento populacional requer investimentos visando oferecer equipamentos e espaços seguros e agradáveis para o lazer, que contemplem satisfatoriamente as demandas e especificidades apresentadas pelas pessoas idosas, tais como instabilidade postural, limitações físicas, acuidade visual e auditiva, dentre outros.

Destarte, Marcellino (2008) salienta que as políticas municipais, os espaços e ações de lazer, não devem se resumir em uma política de atividades. Conforme esse autor, é fundamental que sejam desenvolvidas ações integradas entre diferentes secretarias para organizar, planejar e encontrar soluções para as diferentes demandas da população, como por exemplo, a construção, reaproveitamento ou otimização de equipamentos já existentes. Em outras palavras, promover a intersetorialidade para a implementação de políticas públicas de lazer (BONALUME, 2011; BORGES; MARQUES, 2015; SILVA; SANTOS; AVILA, 2013).

A respeito da percepção dos benefícios da participação no programa, verifica-se na tabela 6, a autoavaliação dos benefícios percebidos em relação à aptidão física, autoestima, convivência social, saúde e qualidade de vida.

Tabela 6 - Autoavaliação dos benefícios advindos da participação no PVA

		Péssimo e Ruim		Regular		Bom e Ótimo	
		N	%	N	%	N	%
Barreiro	Vila Cemig	0	0%	1	33%	2	67%
	Fios de Prata	0	0%		0%	42	100%
Centro Sul	Clube da Amizade	0	0%		0%	43	100%
	CRAS Vila Fátima	0	0%		0%	22	100%
Leste	CRAS Taquaril	0	0%	1	9%	10	91%
	Santa Tereza	0	0%		0%	85	100%
Nordeste	Parque Cidade Nova	0	0%		0%	75	100%

	São Gabriel	0	0%	1	1%	80	99%
Noroeste	CRPI	0	0%	1	1%	153	99%
	Jardim Alvorada	0	0%		0%	29	100%
Norte	CRAS Providência	0	0%	1	1%	94	99%
	Estrelas Reluzentes	0	0%	1	4%	26	96%
Oeste	Acolhida	0	0%		0%	9	100%
	Vista Alegre	0	0%		0%	33	100%
Pampulha	Parque Lagoa do Nado	0	0%		0%	21	100%
	CAC Serrano	0	0%		0%	4	100%
Venda Nova	CRAS Vila Apolônia	0	0%	1	4%	25	96%
	Centro Cultural Venda Nova	0	0%		0%	73	100%
Totais		0	0%	7	2,9%	826	97,1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados demonstram que 97,1% dos usuários apresentam uma avaliação positiva como “bom e ótimo”. Ao considerar os benefícios percebidos à saúde e à qualidade de vida, em função da participação no PVA, as pessoas identificaram positivamente essa associação, corroborando outros estudos (EIRAS *et al.*, 2010.; GLIDDEN *et al.*, 2019; HAUSER *et al.*, 2014; RIBEIRO *et al.*, 2012). Para além da promoção e manutenção da saúde em suas diferentes dimensões, a participação nessa modalidade de programa também representa uma oportunidade de experimentar o autocuidado, o fortalecimento de vínculos afetivos e o senso de pertencimento a um grupo social (EIRAS *et al.*, 2010).

Em relação às respostas abertas, disponibilizou-se um espaço na pesquisa de satisfação para registro de comentários (pontos negativos, críticas, elogios e sugestões). Nem todas as pessoas apresentaram considerações, tendo sido apontadas 174 observações, sendo que 35% elogiaram o desenvolvimento do programa e 65% emitiram sugestões/críticas.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a satisfação dos usuários do PVA a partir dos dados secundários disponibilizados pela DPMA/SMEL (2020). Os dados demonstram um alto nível de satisfação e autopercepção positiva de melhoria da saúde e da qualidade de vida por parte dos usuários.

O destaque ao elevado nível de satisfação dos usuários reforça a relevância e o fortalecimento das políticas públicas que asseguram o acesso ao lazer, contribuindo para redução das desigualdades sociais e, conseqüentemente, da minimização das discrepâncias que ficam evidentes em índices como o IQVU, à medida em que promove melhorias na qualidade de vida individual e coletiva.

Ao considerar esses aspectos, este trabalho contribui para ampliar as discussões

sobre avaliação de programas sociais de lazer e atividade física, à medida que discute os efeitos das intervenções de programas sociais pela perspectiva dos usuários. Essas análises possibilitam aos gestores públicos tomarem decisões baseadas em evidências, assim como o alinhamento dessas às demandas das pessoas assistidas. As ações decorrentes dessas decisões contribuem para o resgate da dignidade humana e da cidadania das classes menos favorecidas socialmente.

Nesse sentido, se faz necessário a adoção de procedimentos de monitoramento e avaliação sistemáticos, contínuos e eficazes, por meio de indicadores que possibilitem o acompanhamento das ações desenvolvidas e de seus resultados, e com isso, reconsiderar as tomadas de decisões sempre que se fizer necessário, visando o alcance das metas e dos objetivos maiores traçados.

Salienta-se que, para além da relevância dessa modalidade de programas, o poder público não deveria acomodar-se tão somente em mantê-los, mas, sobretudo, investir em ações que possibilitem o desenvolvimento social e humano, de forma a substituir os programas paliativos que tentam minimizar as desigualdades sociais, por políticas públicas que permitam uma ascensão social.

Agradecimentos

À Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte/MG, pela autorização de uso de dados para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARAÚJO, A. C. de *et al.* Interseções entre Saúde e Lazer: notas sobre a formação em saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 18, n. 2, p. 350-368, jun. 2015.

BENEDETTI, T. R. B.; MAZO G. Z.; BORGES L. J. Condições de saúde e nível de atividade física em idosos participantes e não participantes de grupos de convivência de Florianópolis. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 2087-2093, ago. 2012.

BONALUME, C. R. O Paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.

BORGES, C. N. F.; MARQUES, M. DE S. Intersetorialidade nas políticas públicas de

esporte e lazer: uma análise do programa Campeões de Futuro. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 29, p. 93, 2015.

BORGES, P. L. C. *et al.* Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p.2798-2808, dez., 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 13460**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2017. Seção 1, p. 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 07 fev. 2021.

COUTINHO, R. B. G.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A, de; SILVA J. R. G. DA. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 763-787, jan. 2006.

DOLL, J. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. *In*: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 109-123.

EIRAS, S. B. *et al.* Fatores de adesão e manutenção da prática de atividade física por parte de idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 75-89, jan. 2010.

ESPERIDIÃO, M.; TRAD; Leny A. B. Avaliação de satisfação de usuários. **Ciência e saúde coletiva**, v.10, supl., p. 303-312, dez. 2005.

FARJALLA, R. Análise do impacto das políticas públicas de esporte e lazer em Petrópolis. **Licere**, v. 18, n. 2, p.114-153, 2015.

FERREIRA, F. R. **Envelhecimento e urbanização: o papel da vizinhança na funcionalidade do idoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG**. 2010. (Doutorado em Saúde Pública) 2010 – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, 114 f.

FERREIRA, H. G.; BARHAM, E. J.; ARAÚJO, F. C. Perfis de idosos praticantes de atividades prazerosas: características sociodemográficas, vulnerabilidade social e funcionalidade, **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 3, p. 541-553, jul./ set. 2019.

FREITAS, C. M. S. M. *et al.* Aspectos motivacionais que influenciam a adesão e manutenção de idosos a programas de exercícios físicos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 92-100, 2007.

FIGUEIREDO M. L. F. *et al.* As diferenças de gênero na velhice. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília. v. 60, n. 4, p.422-427,2007.

GIRALDI, R.C. Espaços de lazer para a terceira idade: sua análise por meio de diferentes vertentes. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.627-636, jul./set. 2014.

GLIDDEN, R. F. *et al.* A participação de idosos em grupos de terceira idade e sua relação com satisfação com suporte social e otimismo. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v.39, n.97, p.261-275, dez. 2019.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

HAUSER, E. *et al.* Motivos de desistência em um programa de atividade física para idosos. **Revista Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v.17, n. 2, p.43-56, jun. 2014.

ISAYAMA, H. F. Atuação do profissional de Educação Física no âmbito do Lazer: a perspectiva da Animação Cultural. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 2, p. 407-413, abr./ jun. 2009.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, abr/jun., 2005.

KOCIAN, R. C.; SILVA, C. L. da. Políticas públicas e os equipamentos esportivos de Lazer: Produção Acadêmica de 2008 a 2014. **Licere**, v.19, n.3, p. 185-206, 2016.

LOPES, F.A. S. M.; JESUS J.C.L. Gênero e envelhecimento: algumas particularidades da participação de mulheres e homens idosos em grupo. *In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., 2015. São Luís. **Anais...** Maranhão.

LOPES, M. A. *et al.* Barreiras que influenciam a não adoção de atividade física por longevas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.38, n.1, p. 76-83, nov. 2016.

MACIEL, M. G. SARAIVA, L. A. S.; CARVALHO, M. N. Avaliação de programas sociais de atividades física: notas conceituais sobre a efetividade como parâmetro de desempenho. **Licere**, v. 20, n. 2, p. 455-482, 2017.

MACIEL, M. G.; SARAIVA, L. A. S.; SILVA, M. M.; VIEIRA JUNIOR, P. R. Avaliação de desempenho do Programa Academia da Saúde em Belo Horizonte: um estudo de caso. **Movimento**, v. 25, n. 1, p. 1-13, 1 jan., 2019.

MACIEL, M. G.; COUTO, A. C. P. Programas governamentais de atividade física: uma proposta de política pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 11, n. 22, p. 55-79, 2018.

MARCELLINO, N. C. Políticas de Lazer. Mercadores ou educadores? Os cínicos bobos

da corte. In: MARCELLINO, N. C.(org.). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p. 22-41.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES A. C. G.; SILVA A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n.3, p. 507-519, jun., 2016.

NERI, A. L. Feminização da velhice. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 47-64.

NERY, M. Sociedade – a nova velha geração. **Revista Desafios do Desenvolvimento: IPEA**, Ano 4, Ed. 32, 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1143:catid=28&Itemid=23. Acesso em 25 jan.2021.

PINTOS, A. E. *et al.* O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, n. 1, p. 38–52, 2016.

PINTOS, A. E.; MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, 26 set., 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU-BH)** |. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana>. Acesso em: 30 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Gerência de Promoção de Atividade Física para terceira Idade. **Relatório de Atividades 2019/2020**. Arquivo da GPAT/ SMEL/ PBH. Belo Horizonte, 2020.

RIBEIRO, J. A. B *et al.* Adesão de idosos a programas de atividade física: motivação e significância. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.34, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2012.

ROSSI, C. A. V.; SLOGO, L. A. Pesquisa de satisfação de clientes: o estado da arte e proposição de um método brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 2, n. 1, Curitiba Jan./Abr.,1998.

SAFONS, M. P.; PEREIRA M. M. **Princípios metodológicos da atividade física para idosos**. Brasília: CREF/DF - FEF/UNB/ GEPAFI, 2007. 110 p.

SALIN, M. S. **Espaços públicos para a prática de atividade física: o caso das academias da melhor idade de Joinville - SC**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) 2013 - Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, 109 f.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. DOS; AVILA, M. A. Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-Ba. **Conexões**, v. 11, n. 3, p. 13–35, 2013.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

SILVA, T. M. N. A desigualdade de gênero na Terceira Idade. **A Terceira Idade**, v. 17, n. 36, p. 7-31, jun. 2006.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). **Licere**, v. 21, n.4, p. 379-404, 2018.

STÊNICO, J. A. de G.; PAES, M. S. P. Lazer: do tempo livre à dimensão cultural e as novas formas de alienação. **Licere**, v.19, n. 1, p. 327-355, 2016.

UNGHERI, B. O. Políticas Sociais de Esporte e Lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, v. 22, n.2, p. 647-648, 2019.

UNGHERI, B.O.; ISAYAMA H. F. Esporte, lazer e descentralização: reflexões no campo das políticas públicas. **Licere**, v.22, n.3, p. 537-578, 2019.

Endereço para correspondência:

Av. São Paulo, nº 3.996,
Vila Rosário, Ibirité / MG
CEP: 32400-000.

Recebido em:
14/02/2021
Aprovado em:
10/06/2021